

LONGE DO JULGAMENTO DO VOTO

BRASÍLIA — Os 296 deputados que na quarta-feira facilitaram a sempre difícil tarefa de conseguir quórum na Câmara estão protegidos do julgamento da opinião pública. A votação que aprovou o reajuste salarial deles foi secreta. Nada fizeram de ilegal esses deputados, já que o regimento interno

determina este tipo de voto para vetos presidenciais.

O problema é que, por conta disso, ficam eles imunes à fiscalização da sociedade que os elegeu. O voto secreto é tão sigiloso que não há a lista dos nomes dos que assumiram esta ou aquela posição. Ficam envolvidos no mesmo joio os 54 parlamentares que votaram contra a derrubada do ve-

to. Ninguém saberá quem são eles e o julgamento da opinião pública atingirá todos.

No lugar de processar apresentadoras de televisão que apenas retratam a indignação popular, os comandantes do Legislativo poderiam tratar de mudar normas que podem ser legais, mas nada têm de legítimas.